

O ABUSO SEXUAL DE MENORES

UMA CONVERSA SOBRE JUSTIÇA
ENTRE O DIREITO E A PSICOLOGIA

2.^a EDIÇÃO

RUI DO CARMO
ISABEL ALBERTO
PAULO GUERRA


ALMEDINA

Resumo de O Abuso Sexual De Menores. Uma Conversa Sobre Justica Entre O Direito E A Psicologia

Uma professora universitaria de psicologia, um juiz de direito e um procurador da Republica tratam o tema dos abusos sexuais de crianças dialogando, a partir de uma decisao do Supremo Tribunal de Justica portugues, sobre a sua caracterizacao e sobre a intervencao da Justica na proteccao das vitimas e na punicao dos agressores.

Um percurso pelo direito penal e processual penal, pela promocao dos direitos e proteccao das crianças e jovens em perigo e pelo direito da familia. Uma reflexao sobre os contributos da psicologia para uma melhor compreensao dos factos e uma maior adequacao da intervencao judicial.

No dia 15 de Fevereiro de 2001, encontramos-nos os tres no Centro de Estudos Judiciarios, em Lisboa, para participar numa sessao integrada na formacao inicial dos candidatos ao ingresso na magistratura, dirigida a auditores de justica do XIX Curso Normal de Formacao, cujo tema era o Abuso Sexual de Menores, iamos apresentar os nossos pontos de vista e debater o caso concreto de uma menor de 10 anos que tinha sido abusada sexualmente pelo pai e cuja situacao tinha dado origem a um processo criminal contra este ultimo, a um processo para o inibir do exercicio do poder paternal e a um entao denominado processo tutelar para proteccao da vitima.

Cada um de nos tinha por missao contribuir, com a sua parcela de saber e de experiencia profissional, para a compreensao dos varios aspectos da situacao daquela vitima menor de idade e para a reflexao sobre o tratamento que lhe havia sido dado na pratica judiciaria.

Decidimos nesse dia que nos iriamos continuar a encontrar para reflectir em conjunto sobre a intervencao nas situacoes de abuso sexual de menores. E depois entendemos que deviamos partilhar com os outros as nossas reflexoes.

Mas, como o fazer? Tendo conhecido o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça proferido em 31/05/2000 no proc. 272/2000 (3ª Secção), que era inovador no tema que tratava e, curiosamente, não tinha sido publicado nas compilações que habitualmente divulgam a jurisprudência dos tribunais superiores, decidimos partir desta decisão judicial para construir este diálogo entre um juiz de direito especializado no direito de família e de menores (mas que não quer afastar-se do direito penal), um procurador da República especializado no direito penal (mas que teima em se manter interventor no direito de menores) e uma professora universitária de Psicologia com investigação na área da avaliação psicológica de vítimas de maltrato, que foi o tema do seu doutoramento.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)